

Relatório da Administração da Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR

No exercício de 2015, a CPETUR desenvolveu diversos Projetos e Programas de apoio ao Turismo, a saber: Programa Roda SP: esta ação foi incorporada à agenda turística do Estado de São Paulo em 2013. Trata-se de uma iniciativa de sucesso que contemplou mais de 74.500 (setenta e quatro mil e quinhentos) usuários, nas 14 etapas realizadas em 2015. Projeto Rotas de São Paulo: este programa vem sendo atualizado, por meio de Convênio celebrado entre a CPETUR – Companhia Paulista de Eventos e Turismo e o Ministério do Turismo. Em 2010 apoiaram a criação e divulgação, em três idiomas, o material promocional do Estado de São Paulo relacionado a turismo. Este Convênio contemplou uma publicação com 160 mil exemplares encartados na edição nacional de dezembro/2010 da revista Viagem e Turismo; Aplicativo para sistema IOS m.saopauloguide.travel e o site www.rotasdesaopaulo.com.br, com mapa digital interativo e integrado com as principais redes sociais. Seu conteúdo conta com uma relação de atrações, hotéis e restaurantes que o Guia Quatro Rodas avalia e classifica anonimamente há 45 anos. A manutenção do site www.rotasdesaopaulo.com.br ocorre por meio de contratação de empresa especializada. 18º Festival do Japão: a Companhia assinou um convênio (nr. 007/2014) com a Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (KENREN) para apoio à captação de patrocínio ao 18º Festival do Japão 2015, ocorrido no Centro de Exposições Imigrantes (CEI). Trata-se de um evento de

significativa importância para a Comunidade Japonesa no País, incluído nos Calendários Oficiais de Eventos do Estado e do Município de São Paulo, maior evento deste tipo fora do território japonês. Com este apoio na captação de patrocínio a CPETUR obteve receita para a Companhia. Cabe observar que o Relatório da Administração não é parte integrante das Demonstrações Financeiras, e está diretamente relacionado com as Notas Explicativas. No que diz respeito às Demonstrações Financeiras, a CPETUR anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Os valores estão expressos em milhares de reais – R\$, de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

1.1. Apresentação do Resultado: Em 2015, a Companhia apresentou uma sobre de caixa de R\$185 (aplicações financeiras), trata-se de recursos próprios. Vale destacar que o resultado do exercício incorreu em prejuízo contábil no valor de R\$ 347, conforme destacado na Demonstração do Resultado e nas Notas Explicativas. O Governo do Estado de São Paulo, controlador da Companhia destinou recursos liberados pelo orçamento a título de subvenção para investimentos no valor de R\$ 773, tendo sido utilizado o montante de R\$ 342 mil em 2013 e R\$ 431 mil em 2014. O custeio da Companhia ocorre através de subvenção governamental, logo, o valor adiantado à título de futuro aumento de capital causam impacto direto no resultado do exercício. **1.2. Estrutura Organizacional:** A Companhia foi em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais dos exercícios findos				
ATIVO	Notas 31/12/15 31/12/14			
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	185	571	
Subvenção governamental a receber	5	395	1.142	
Outros créditos	-	26	15	
Total do ativo circulante		606	1.728	
Ativo não circulante				
Imobilizado	6	3	130	
Intangível	7	1	12	
Total do ativo não circulante		4	142	
Total do ativo		610	1.870	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício encerrado em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais)					
	Notas	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			Prejuízos acumulados Total
		Capital social	Futuro Aumento de Capital	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31/12/13		2.000	342	(2.002)	340
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	431	-	431
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(439)	(439)
Saldos em 31/12/14		2.000	773	(2.441)	332
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(672)	(672)
Saldos em 31/12/15		2.000	773	(2.788)	(15)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional e informações gerais: A Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR é uma sociedade por ação de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado que tem como seu principal controlador o Estado de São Paulo, cuja constituição, em 12 de Janeiro de 2010, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.560, de 1º de Julho de 2009. A CPETUR está vinculada à Secretaria de Turismo. As principais atividades da CPETUR referem-se à promoção e desenvolvimento de programas e ações relacionados ao desenvolvimento e incremento do setor turístico, a participação e divulgação de eventos de interesse do Estado, no Brasil e no Exterior, realização de estudos e pesquisas sobre fluxo turístico, o movimento e a permanência dos turistas do Estado de São Paulo. Turismo é consumo e, como tal, um grande gerador de negócios, que permite a exploração de receita própria. A partir da gestão de convênios e da administração de equipamentos e espaços de exposição, esta atividade possibilita a geração de receitas, empregos e tributos, dinamizando a economia urbana e ampliando a atuação da Empresa e do Governo do Estado de São Paulo, na divulgação e promoção do multidestino turístico paulista, o que engloba todos os atrativos das estâncias e dos municípios do Estado. Por determinação do seu maior controlador, Governo do Estado de São Paulo, dispõe sobre a dissolução desta Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR, através da Lei 15.827 de 28 de maio de 2015, a CPETUR encontra-se em dissolução a partir de 13 de novembro de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária nesta data. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Considerando que em 2015, houve a formalização da intenção da liquidação da Companhia prevista para fevereiro de 2016 as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo apresentadas a valores de realização e liquidação, sendo que os principais impactos ocorreram nas rubricas: i) subvenção governamental a receber, ii) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e iii) reconhecimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas para o reconhecimento contábil das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são: **3.1. Apuração de resultado:** O Resultado do Exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser reconhecidas na apuração do resultado nos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento. As receitas de subvenção governamental utilizadas para custeio da Companhia são reconhecidas no resultado proporcionalmente ao reconhecimento das despesas incorridas e levam em consideração o princípio contábil da competência, na medida em que seu valor puder ser mensurável de forma confiável. **3.2. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **3.3. Moeda funcional:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **3.4. Ativo circulante:** São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do Balanço Patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. **3.5. Passivo circulante:** Foram registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do Balanço Patrimonial. **3.6. Caixa e equivalente de caixa:** São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **3.7. Subvenção governamental a receber:** A Companhia reconhece as subvenções governamentais a receber que são representadas, por valores do custeio da Companhia que ainda não foram pagos e, portanto, também não foram recebidos de seu mantenedor. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos e externos de que pode estar desvalorizado. **3.9. Intangível:** As licenças de software são capi-

Passivo circulante				
	Notas 31/12/15 31/12/14			
Fornecedores	-	24	121	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	392	1.011	
Recursos de Projetos	-	-	396	
Contas a pagar	-	4	10	
Total do passivo circulante		420	1.538	
Passivo não circulante				
Provisão para contingências	9	205	-	
Total do passivo não circulante		205	-	
Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)				
Capital Social	10.1	2.000	2.000	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	773	773	
Prejuízos Acumulados	10.3	(2.788)	(2.441)	
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(15)	332	
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		610	1.870	

talizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registros e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i) Ativos contingentes** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitados em julgados. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em notas explicativas; **(ii) Passivos contingentes** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados, tampouco, divulgados; e **(iii) Obrigações legais** são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre a probabilidade de êxito, de processos em que a Companhia eventualmente tenha questionado a inconstitucionalidade de tributos. **3.11. Demonstrações do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **4. Caixa e equivalente de caixa:** O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa está classificado como valor justo por meio do resultado. A aplicação financeira é representada por cotas de fundos de investimentos vinculadas aos convênios firmados. Conforme abaixo:

Descrição	31/12/15 31/12/14	
Disponibilidades (a)	185	13
Banco do Brasil Convênio EMBRATUR - (b)	-	396
Banco do Brasil Convênio Agrocentro - (c)	-	162
Total	185	571

(a) Representado por recursos próprios mantidos em aplicações financeiras. **(b)** O saldo de R\$ 396 em 31 de Dezembro de 2014, refere-se ao convênio nº 778255/2012 celebrado entre o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e a Companhia com o objetivo de produzir material promocional para comunicação e divulgação de produtos, destinos e roteiros turísticos do Estado de São Paulo com recurso da verba descentralizada internacional 2012. **(c)** O saldo de R\$ 162 em 31 de Dezembro de 2014 correspondem aos convênios DAF nº 001/2013 e 007/2014 celebrados entre a Companhia e a Agrocentro Empreendimentos e Participações Ltda e a Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil, com o objetivo gerir conjuntamente os eventos, relativamente à cooperação técnica e operacional.

5. Subvenção governamental a receber: Os saldos correspondem ao registro de subvenções de custeio a receber, para liquidação de passivos reconhecidos em 31 de dezembro, conforme composição demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/15 31/12/14	
Fornecedores	-	121
Obrigações trabalhistas e previdenciárias (a)	395	1.011
Dissídios a pagar e outros passivos	-	10
Total	395	1.142

(a) Em 2016 a Companhia receberá do seu principal controlador verbas para liquidação de despesas com Pessoal e Encargos até o momento da sua liquidação em Assembleia Geral Extraordinária. **6. Imobilizado:** O Imobilizado da Companhia está representado da seguinte forma:

Descrição	Depreciação		Depreciação	
	31/12/14	Adições	31/12/15	Adições
Hardwares	9	-	(9)	-
Móveis e utensílios	89	-	(87)	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	2
Total	32	-	(31)	1
	130	-	(127)	3

(a) Devido a liquidação da Companhia prevista para o mês de fevereiro de 2016, as taxas de depreciação foram revistas e alteradas para adequar o reflexo da vida útil econômica dos ativos para a Companhia.

7. Intangível: O Intangível da Companhia está representado da seguinte forma:

Descrição	Depreciação		Amortização	
	31/12/14	Adições	31/12/15	Adições
Softwares	12	-	(11)	-
Total	12	-	(11)	1

(a) Devido a liquidação da Companhia prevista para o mês de fevereiro de 2016, a taxa de amortização foi revisada e alterada para adequar o reflexo da vida útil econômica do ativo para a Companhia. **8. Obrigações trabalhistas e previdenciárias:** As obrigações trabalhistas e previdenciárias estão assim representadas:

Descrição	31/12/15 31/12/14	
Provisão de férias a pagar	107	357
Encargos sociais e previdenciários a recolher	152	329
Provisão de dissídios a pagar	133	325
Total	392	1.011

A Companhia é autorizada pela Assembleia Geral de Constituição de 12 de janeiro de 2010 a remunerar mensalmente seus Diretores e Conselheiros (administrativos e fiscais), assim como provisionar e pagar a gratificação anual e descanso remunerado, apoiados nos Pareceres CODEC e Assembleias ratificadoras. A Companhia possui reajustes salariais e benefícios provisionados pendentes para pagamento relativo a 11 (onze) meses, referentes aos anos de 2012 e 2013 (compreendem o período de atualização entre novembro de 2012 a novembro de 2013), conforme deliberado pela Comissão de Política Salarial - Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos APSE proc. Nº 12091-424.462/2014. A folha de referência utilizada para cálculo da provisão é a data base de novembro no ano do reajuste. O impacto do reajuste é resultado da multiplicação da folha de referência pelos meses a pagar desde a data base até dezembro, somado ao 13º salário dos anos envolvidos. Para o dissídio de 2012 foi aprovado o IPC-FIPE de 4,24. Essa obrigação será liquidada no exercício

estruturada até o dia 12 de novembro de 2015 com o seguinte quadro: cinco Diretorias: Presidência; Desenvolvimento do Turismo; Marketing; Projetos Estratégicos; e, Administrativa e Financeira. Contou, também, com os cargos de: (10) Gerências, (01) Superintendência Jurídica, (01) Chefia de Gabinete, (02) Assessoria da Presidência e (10) Assessores. O quadro de cargos da Companhia esta fixado em cento e quatro posições, sendo: vinte e quatro cargos de livre provimento; e oitenta cargos permanentes, sem preenchimento. Em 2015 foram ocupados 22 cargos de livre provimento, sem realização de concurso público para o preenchimento dos cargos permanentes. A Companhia efetivamente contava ainda com, cinco Conselheiros de Administração, três Conselheiros Fiscais com três suplentes e, três Diretores estatutários. A partir de 13 de novembro de 2015, a Companhia entrou em processo de liquidação, passando a ter o seguinte quadro: um Liquidante e dois cargos de livre provimento, e permanecendo três Conselheiros Fiscais, e seus respectivos suplentes. **Comissão de Controles Internos:** A Companhia contou em 2015 com uma Comissão de Controles Internos para implantação e desenvolvimento do programa de controles internos, a fim de assegurar transparência e monitoramento da gestão.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)			
	Notas 31/12/15 31/12/14		
Receita			
Subvenção governamental para custeio	11.a	7.582	11.945
Total das receitas		7.582	11.945
Despesas administrativas e gerais	12	(7.986)	(12.398)
Despesas tributárias	-	(6)	(3)
Outras receitas operacionais	-	11	3
Resultado antes do resultado financeiro		(399)	(453)
Resultado financeiro líquido	-	52	14
Prejuízo líquido do período		(347)	(439)
Nº de Ações		2.000.000	2.000.000
Prejuízo básico por ação (em reais)		(0,17)	(0,22)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 Método indireto (Em milhares de reais)			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Notas 31/12/15 31/12/14		
Prejuízo líquido		(347)	(439)
Depreciação e amortização	-	138	26
Provisão para contingências	-	205	-
Resultado ajustado		(4)	(413)
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes			
Decréscimo/ (Acréscimo) em Ativos			
Subvenção governamental a receber	-	747	28
Outros créditos	-	(11)	6
(Decréscimo/ Acréscimo) em Passivos			
Fornecedores	-	(97)	(19)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	(619)	(19)
Contas a pagar	-	(6)	10
Recursos de Projetos	-	(396)	(35)
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais		(386)	(442)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado	-	-	(39)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento			(39)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	431
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento			431
Redução líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(386)	(50)
Caixa e Equivalentes de Caixa			
No Início do Exercício	4	571	621
No Final do Exercício	4	185	571
Redução líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(386)	(50)

de 2016. Os reajustes salariais referentes aos exercícios de 2014 e 2015 não foram aplicados pela Companhia tendo em vista que os respectivos pleitos não foram submetidos à Comissão de Política Salarial - CPS do Estado de São Paulo. A Companhia encontra-se em processo de liquidação desde 13 de novembro de 2015. Em virtude desta situação, em 30 de dezembro de 2015, a CPETUR firmou um convênio com a Procuradoria Geral do Estado - PGE cujo objeto reside em dar andamento a eventuais contenciosos trabalhistas bem como prover assessoria e consultoria jurídica à firma. Cabe destacar que uma vez findo o processo de liquidação da CPETUR toda e qualquer eventual pendência jurídica pertinente a CPETUR ficará a cargo da PGE. **9. Contingências: Ações trabalhistas:** De acordo com informações do Superintendente Jurídico, em 30 de Dezembro de 2015 a Companhia possui demandas judiciais, com provável condenação, cuja relação consta no quadro abaixo, líquida do valor de depósito judicial existente de R\$ 15. Neste sentido, a administração decidiu registrar a provisão para contingências em montante suficiente para cobrir esta eventual saída de recursos.

Processo	Órgão	Demandante	Objeto	Fase
0000686-34.2015.5.02.0018	18º V. Trabalho/ Capital	Alexandres de Oliveira Aires	Reclamação- direitos Trabalhistas	Possível valor de condenação - R\$ 130.000,00
0000751-10.2015.5.02.0089	89º V. Trabalho/ Capital	Renata Fernandez Trivilini	Reclamação- direitos Trabalhistas	Possível valor de condenação - R\$ 60.000,00
0002139-64.2015.5.02.0018	18º V. Trabalho/ Capital	Maria Lucia dos Santos Anjos	Responsabilidade subsidiária	Possível valor de condenação - R\$ 30.000,00

Cabe salientar que a Companhia entrou em processo de Liquidação em 13 de novembro de 2015, desta forma todo contencioso da Companhia será acompanhado pela Procuradoria Geral do Estado em decorrência do Processo PGE nº18487-1260478/2015, que resultou no convênio CPETUR-PGE, firmado em 30 de dezembro de 2015. **10. Patrimônio líquido: 10.1. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o valor do capital social de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), representado por 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito pelos acionistas presentes, tendo sido integralizado, em dinheiro, no montante correspondente do capital subscrito, de acordo com a exigência legal contida no inciso III, do artigo 80 da Lei federal nº 6.404/76, tendo o Estado de São Paulo como seu controlador com 1.980.000 (Hum milhão, novecentos e oitenta mil) ações ordinárias nominativas e a Companhia Paulista de Parcerias com 20.000 (Vinte mil) ações ordinárias, totalizando o Capital Social da Companhia. **10.2. Reserva legal:** A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. **10.3. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:** O Governo do Estado de São Paulo, controlador da Companhia concedeu recursos no orçamento a título de subvenção para investimentos. Foram utilizados os montante de R\$431 em 2014 e R\$342 em 2013, formando o saldo existente em 31 de dezembro de 2015 de R\$773. O custeio da Companhia ocorre através de subvenção governamental, logo, os valores adiantados a título de futuro aumento de capital, causam impacto direto no resultado do exercício pelos gastos realizados com os valores recebidos. **10.4. Dividendos:** O Conselho de Administração está autorizado até 12 de novembro de 2015 a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observados as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória à distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo. Não foi constituído provisão de dividendos, em função dos prejuízos acumulados nos períodos. **11. Receitas: (a) Subvenção governamental para custeio:** Para atender às necessidades operacionais da Companhia, foram registrados da conta única da Fazenda do Estado de São Paulo subvenções governamentais na ordem de R\$ 8.329 e R\$12.405, correspondente ao Sistema de Execução Orçamentária do Estado de São Paulo (SEF) para a liquidação das despesas dos anos de 2015 e 2014, respectivamente. Considerando que a Companhia aplica a *continua*

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de contrário)

prática contábil de registrada seus fatos em regime de competência, a Subvenção para custeio esta representada em nosso Balanço Geral, nos valores de R\$ 7.582 e R\$11.945 respectivos aos anos de 2015 e 2014. Não houve incidência de PIS e COFINS sobre as Receitas de Subvenção Governamental para Custeio por ser isento conforme dispõe a MP 2158-35/2001, art. 14, I, §1º. **12. Despesas administrativas e gerais:** As Despesas administrativas e gerais são representadas pelas seguintes contas:

Descrição	31/12/15	31/12/14
Despesas salários e ordenados	(3.839)	(4.510)
Férias e encargos sociais	(1.411)	(2.363)
Despesas com eventos feiras e congressos	(1.065)	(972)
Despesas serviços prestados	(270)	(2.239)
Despesas com Viagens e Representações	(10)	(26)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.375)	(2.288)
Reversão parcial da provisão para dissídio	189	-
Contingências trabalhistas	(205)	-
Total	(7.986)	(12.398)

13. Partes relacionadas: a) Controle: A Companhia tem como controladores o Estado de São Paulo e a Companhia Paulista de Parcerias, considerando parte relacionada por sua influência significativa sobre a Companhia. A Companhia teve até 12 de novembro de 2015, os administradores-chave os Diretores e o Conselho de Administração, que deliberam colegiadamente responsabilidade por sua orientação superior, nomeados pelos Acionistas Controladores. A partir de 13 de novembro de 2015, por determinação do

seu maior controlador, Governo do Estado de São Paulo, a CPETUR encontra-se em dissolução e nomeia o seu liquidante. **b) Remuneração dos Administradores e Conselheiros:** O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) deliberou através do Parecer nº 001/2007 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das Sociedades Controladas pelo Estado, atualizado o valor da remuneração por meio do Parecer CODEC nº 003/2013. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) estabeleceu, ainda, uma Gratificação Anual, pró-rata temporis no valor de um honorário mensal a ser pago no mês de Dezembro de cada ano. Os membros da Diretoria farão jus ao prêmio eventual conforme disposto no Parecer CODEC nº 150/2005. Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações. Em 2015 a Companhia remunerou no montante de R\$1.138, seus diretores, conselheiros de administração e conselheiros fiscais, (R\$2.001 em 2014), após essa data apenas o liquidante e os conselheiros fiscais. **14. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: a) Considerações gerais:** a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** estão comentados e apresentados na Nota nº 4. **c) Subvenções a receber:** estão comentadas e apresentadas na Nota nº 5. **d) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de taxas de juros -** Este risco é oriundo

da possibilidade de a Companhia sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros mercado, uma vez que seus ativos são substancialmente pré-fixados. A Empresa entende que apesar de existente, este risco possui possibilidade remota de ocorrência. **Risco de crédito -** A Companhia opera substancialmente com partes relacionadas, logo o risco de crédito limita-se ao não pagamento por parte do Governo.

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Eventos e Turismo – CPETUR (Em Liquidação) dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei nº.6.404, de 15/12/1976 e as alterações subsequentes, examinaram as Demonstrações Contábeis da Empresa, referentes ao exercício indo em 31/12/2015, compreendendo o Balanços Patrimonial e as Demonstrações do Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, acompanhados das Notas Explicativas, bem como com o Relatório do Liquidante sobre os principais fatos administrativos do exercício. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pelo Liquidante e no Relatório dos Auditores Independentes RSM Fontes Auditores Independentes – Sociedade Simples, sem ressalvas, datado de 15/01/2016, este Conselho Fiscal da CPETUR, por unanimidade, opinou que os referidos documentos societários reúnem condições de serem submetidos à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas da Companhia.

São Paulo, 04/02/2016

Diretoria
Jose Roberto de Araujo Cunha Junior
Liquidante

Emergita Alves Moreira dos Santos
Membro

Conselho Fiscal
Gustavo Carvalho Tapia Lira
Membro

Conceição Aparecida Filete Fraga
Membro

Contador
Renato Vieira Pita
CRC 1SP 215.876/O-8

Relatório dos Auditores Independentes

Aos: Administradores e Conselheiros **Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR** - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR** (“**Companhia**”) em liquidação, que compreendem o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR** em

liquidação, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase – Liquidação da Companhia e patrimônio líquido negativo: Liquidação da Companhia:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 2, a Companhia está em processo de liquidação e, portanto, pela descontinuidade operacional, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas a valores de realização e liquidação. **Patrimônio líquido negativo:** O Patrimônio Líquido da Companhia encontra-se negativo (a descoberto), pois existem excessos de passivos sobre ativos, no qual se referem substancialmente ao descaixe de valores de subvenções a receber não reconhecidos relativamente ao custeio de dissídios a pagar e contingências, conforme comentado nas Notas Explicativas nº 5 e 9.



RSM Fontes Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

São Paulo, 15 de janeiro de 2016.
A Member Firm of RSM International

André José Valério
Contador CRC 1SP-244.101/O-5